

STJ00098025

INGO WOLFGANG SARLET
LUIZ GUILHERME MARINONI
DANIEL MITIDIERO

CURSO DE

DIREITO CONSTITUCIONAL

3.^a edição revista, atualizada e ampliada

**Novo Capítulo sobre
Organização do
Estado e Repartição
de Competências**

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00098025

CURSO DE
**DIREITO
CONSTITUCIONAL**

INGO WOLFGANG SARLET
LUIZ GUILHERME MARINONI
DANIEL MITIDIERO

3.^a edição revista, atualizada e ampliada

1.^a edição: 1.^a tiragem: março de 2012; 2.^a tiragem: maio de 2012;
2.^a edição: 2013.

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [04-2014]

Universitário (texto)

Fechamento desta edição: [14.03.2014]



ISBN 978-85-203-5187-1

Sys: 1000150

SUMÁRIO

NOTA À 3. ^a EDIÇÃO.....	5
NOTA À 2. ^a EDIÇÃO	7
APRESENTAÇÃO	9

PRIMEIRA PARTE
Teoria da Constituição
e do Direito Constitucional

1. A CONSTITUIÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-EVOLUTIVA – DOS ANTECEDENTES À AFIRMAÇÃO DO CONSTITUCIONALISMO MODERNO E DO ASSIM CHAMADO ESTADO CONSTITUCIONAL	
Ingo Wolfgang Sarlet	39
1.1 Considerações introdutórias.....	39
1.2 O caso da Inglaterra e suas peculiaridades	44
1.3 Os Estados Unidos da América: a “viragem de Copérnico” da evolução constitucional.....	48
1.4 O legado da experiência constitucional na França	51
1.5 A ampliação do constitucionalismo pelo mundo ocidental: rumo ao modelo do Estado Constitucional como paradigma universal.....	53
1.6 A Lei Fundamental da Alemanha (1949): notas sobre sua formação, evolução e conteúdo	55
1.6.1 Precedentes e o dismantelamento da ordem constitucional pretérita por força da ditadura nacional-socialista.....	55
1.6.2 Elaboração, conteúdo e afirmação da Lei Fundamental de 1949.....	58
1.6.3 A “queda do muro”, a reunificação e a adoção da Lei Fundamental de 1949 como Constituição Federal da Alemanha ..	62
2. CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES	
Ingo Wolfgang Sarlet	67
3. ESTRUTURA, FUNÇÕES E CONTEÚDO DAS CONSTITUIÇÕES	
Ingo Wolfgang Sarlet	77
3.1 As constituições e sua estrutura.....	77

3.1.1	Considerações de carácter geral	77
3.1.2	O preâmbulo das constituições, com destaque para o problema de sua força jurídica na Constituição Federal de 1988	77
3.1.3	As disposições constitucionais permanentes	82
3.1.4	Disposições constitucionais transitórias	84
3.2	As funções da constituição	86
3.3	O problema do conteúdo das constituições	90
4.	CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO DIREITO CONSTITUCIONAL	
	Ingo Wolfgang Sarlet	95
5.	DO PODER CONSTITUINTE E DA MUDANÇA (REFORMA E MUTAÇÃO) CONSTITUCIONAL	
	Ingo Wolfgang Sarlet	99
I –	DO PODER CONSTITUINTE	99
5.1	Notas introdutórias	99
5.2	O que é o poder constituinte?	100
5.2.1	Generalidades	100
5.2.2	A natureza do poder constituinte	102
5.2.3	Distinção entre poder constituinte formal e poder constituinte material	103
5.2.4	Características do poder constituinte	104
5.3	Quem é o titular do poder constituinte? O problema da legitimidade do poder constituinte e da constituição	106
5.4	Formas de manifestação (expressão ou exercício) do poder constituinte	109
5.4.1	Aspectos introdutórios	109
5.4.2	As formas democráticas de exercício do poder constituinte	110
5.4.3	A revolução como forma da manifestação do poder constituinte	112
5.5	Limites e condicionamentos do poder constituinte?	116
II –	TEORIA DA MUDANÇA CONSTITUCIONAL – A REFORMA E A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL	119
5.6	Generalidades e distinção entre as diversas formas de mudança constitucional: processos formais e informais (mutação constitucional)	119
5.7	O poder de reforma da constituição	120
5.7.1	Questões terminológicas	120
5.7.2	Natureza, características e funções do poder de reforma constitucional	121
5.7.3	O poder de reforma na Constituição Federal de 1988	123

	5.7.3.1	A distinção entre revisão e emendas como modalidades de reforma da Constituição.....	123
	5.7.4	Os limites da reforma constitucional	127
	5.7.4.1	Considerações gerais.....	127
	5.7.4.2	Limites formais.....	128
	5.7.4.3	Limites circunstanciais.....	133
	5.7.4.4	O problema dos limites materiais (as assim chamadas “cláusulas pétreas”).....	134
	5.7.4.4.1	Natureza e significado dos limites materiais.....	134
	5.7.4.4.2	Espécies de limitações materiais ao poder de reforma	137
5.8		A assim chamada “mutação” constitucional e suas formas de manifestação: algumas aproximações.....	161
5.8.1		Considerações gerais: conceito e modalidades de mutação constitucional	161
5.8.2		Mecanismos (modos) de mutação constitucional	163
5.8.3		Limites da mutação constitucional: o problema das mutações inconstitucionais	165
6.		EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	
		Ingo Wolfgang Sarlet	169
6.1		Alguns aspectos terminológicos e conceituais.....	169
6.2		Apresentação e discussão das principais classificações das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade adotadas no Brasil ...	174
6.2.1		As posições “clássicas” e a sua gradual superação	174
6.3		Apreciação crítica das diferentes posições	184
6.4		Síntese conclusiva	189
7.		O PROBLEMA DA EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO	
		Ingo Wolfgang Sarlet	195
8.		A NORMA CONSTITUCIONAL NO “TEMPO” – RELAÇÕES ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A ORDEM JURÍDICA ANTERIOR	
		Ingo Wolfgang Sarlet	201
8.1		Considerações gerais	201
8.2		A Constituição e o direito constitucional anterior	201
8.2.1		A Constituição originária e a Constituição anterior.....	201
8.2.2		As emendas constitucionais e o direito constitucional (originário) anterior	203

8.3	A Constituição e o direito infraconstitucional anterior	203
9.	A CONSTITUIÇÃO E AS RELAÇÕES COM O DIREITO ESTRANGEIRO E INTERNACIONAL – O PROBLEMA DA APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO ESPAÇO	
	Ingo Wolfgang Sarlet	207
9.1	Considerações introdutórias.....	207
9.2	Relações entre o direito estrangeiro e a Constituição	208
9.3	O direito internacional e a Constituição Federal de 1988	211
10.	LINHAS MESTRAS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	
	Ingo Wolfgang Sarlet	217
10.1	Noções gerais	217
10.2	Princípios da interpretação constitucional	221
10.2.1	O princípio da unidade da Constituição	221
10.2.1.1	Princípio do efeito integrador	222
10.2.1.2	O princípio da “concordância prática” ou da “harmonização”	223
10.2.1.3	A assim chamada “ponderação” (ou “balanceamento”) no campo da interpretação e aplicação da Constituição	224
10.2.1.4	Proporcionalidade e razoabilidade como princípios e critérios de interpretação constitucional	225
10.2.2	O princípio da supremacia da Constituição	228
10.2.2.1	O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição.....	229
10.2.2.2	O princípio da forma normativa da Constituição	229
10.2.2.3	O princípio da interpretação (das leis) conforme à Constituição.....	230
10.2.3	O princípio da divisão de poderes e o correlato princípio (dever) da conformidade funcional: o problema da autorrestricção por parte da jurisdição constitucional e as assim chamadas “capacidades institucionais”	232

SEGUNDA PARTE

O Sistema Constitucional Brasileiro

1.	O CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-EVOLUTIVA – DA CONSTITUIÇÃO IMPERIAL DE 1824 À ASSIM CHAMADA “CONSTITUIÇÃO-CIDADÃ” DE 1988	
	Ingo Wolfgang Sarlet	237
1.1	Os primórdios e a Carta Imperial de 1824	237

1.2	A Proclamação da República e a implantação da Federação: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	241
1.3	A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 ..	245
1.4	O Estado Novo e a Carta de 1937 (a Constituição “Polaca”)	247
1.5	A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	249
1.6	A Constituição do Brasil de 1967 e a EC 1/1969.....	250
1.7	Breves notas sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	253
2. TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS		
	Ingo Wolfgang Sarlet	261
2.1	Considerações gerais	261
2.1.1	Aspectos terminológicos: direitos humanos e/ou direitos fundamentais?	262
2.2	Os direitos fundamentais em perspectiva histórico-evolutiva e as assim designadas dimensões (ou “gerações”) de direitos fundamentais	265
2.2.1	Considerações preliminares.....	265
2.2.2	A “pré-história” dos direitos fundamentais: dos primórdios à noção de direitos naturais (inatos e inalienáveis) do homem	266
2.2.3	O reconhecimento dos direitos fundamentais na esfera do direito positivo.....	269
2.2.3.1	Antecedentes (o período pré-constitucional)	269
2.2.4	As assim chamadas “dimensões” (gerações?) dos direitos fundamentais: a trajetória evolutiva dos direitos fundamentais do Estado Liberal ao Estado Constitucional Socioambiental ..	272
2.2.4.1	Os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal (a assim chamada “primeira dimensão”) ..	274
2.2.4.2	O advento do Estado Social e os direitos econômicos, sociais e culturais (a assim chamada “segunda dimensão”)	275
2.2.5	A titularidade transindividual e os assim chamados “direitos da terceira dimensão”	276
2.2.6	Existem direitos fundamentais de quarta e de quinta dimensão?	277
2.2.7	As dimensões (“gerações”) dos direitos em perspectiva crítica	279
2.3	O conceito de direitos fundamentais no sistema constitucional brasileiro.....	280
2.3.1	A dupla fundamentalidade em sentido formal e material	280
2.3.2	A abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais: significado e alcance da norma contida no art. 5.º, § 2.º, da CF	283

	2.3.2.1	Noções preliminares	283
	2.3.2.2	Classificação dos direitos fundamentais com base no critério da abertura material do catálogo constitucional.....	287
	2.3.2.3	Direitos previstos no Título II da CF.....	291
	2.3.2.4	Direitos fundamentais dispersos no texto constitucional.....	293
	2.3.2.5	Direitos sediados nos tratados internacionais de direitos humanos	297
	2.3.2.5.1	Generalidades.....	297
	2.3.2.5.2	O procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal	299
	2.3.2.5.3	O problema da hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira: direitos fundamentais sem hierarquia constitucional?.....	302
2.4		A dupla dimensão objetiva e subjetiva, a multifuncionalidade e a classificação dos direitos e garantias fundamentais	306
	2.4.1	Os direitos fundamentais e sua dimensão subjetiva	306
	2.4.2	A assim chamada dimensão objetiva dos direitos fundamentais	309
	2.4.3	Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais na ordem constitucional.....	313
2.5		A titularidade dos direitos e garantias fundamentais: quem é o sujeito dos direitos?.....	316
	2.5.1	Considerações gerais	316
	2.5.2	A pessoa natural como titular de direitos fundamentais: a titularidade universal e sua interpretação na Constituição Federal	317
	2.5.3	O problema da titularidade de direitos fundamentais por parte dos estrangeiros e a relevância da distinção entre estrangeiro residente e não residente.....	320
	2.5.4	O problema da titularidade de direitos fundamentais nos limites da vida.....	322
	2.5.5	Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais ...	324
2.6		A aplicabilidade imediata das normas de direitos e garantias fundamentais: significado e alcance do art. 5.º, § 1.º, da CF.....	327
2.7		Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	333

2.8	Particulares como destinatários dos direitos fundamentais: o problema da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas	337
2.9	Limites e restrições de direitos fundamentais.....	341
2.9.1	Considerações introdutórias.....	341
2.9.2	O âmbito de proteção dos direitos e garantias fundamentais	341
2.9.3	Os limites dos direitos fundamentais	344
2.9.4	Limites aos limites dos direitos fundamentais	349
2.9.4.1	Noções preliminares	349
2.9.4.2	Proporcionalidade e razoabilidade como limites dos limites	350
2.9.4.3	A assim chamada garantia do núcleo essencial dos direitos fundamentais	358
3.	DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE	
Ingo Wolfgang Sarlet	363
3.1	O direito à vida	363
3.1.1	Breve histórico: da noção de “direito natural” à consagração como direito humano e fundamental.....	363
3.1.2	Âmbito de proteção do direito à vida: o conceito de vida para efeitos da tutela jurídica	366
3.1.3	Relação do direito à vida com outros direitos fundamentais	367
3.1.4	A titularidade do direito à vida e o problema do início e fim da proteção jurídico-constitucional da vida humana	370
3.1.5	Destinatários (sujeitos passivos): órgãos estatais e particulares	373
3.1.6	O direito à vida e sua dupla dimensão objetiva e subjetiva como dever de proteção e complexo de posições subjetivas de conteúdo negativo e positivo.....	373
3.1.6.1	Considerações gerais.....	373
3.1.6.2	Dimensões subjetiva e objetiva do direito à vida..	374
3.1.7	Limites das intervenções no direito à vida: uma análise a partir de alguns exemplos	375
3.1.7.1	Considerações gerais.....	375
3.1.7.2	Existe um direito de matar? O caso da pena de morte e de outras intervenções similares	376
3.1.7.3	A discussão em torno da legitimidade constitucional da interrupção da gravidez.....	379
3.1.7.4	O problema de um direito ao suicídio e a discussão em torno das possibilidades e limites da eutanásia...	381
3.2	O direito à integridade física e psíquica	385

3.2.1	Considerações gerais	385
3.2.2	Direito constitucional estrangeiro e direito internacional dos direitos humanos	385
3.2.3	O direito à integridade física e psíquica na Constituição Federal	386
3.2.3.1	Observações gerais e relação com outros direitos fundamentais	386
3.2.3.2	A dupla dimensão subjetiva (negativa e positiva) e objetiva do direito à integridade física e psíquica	387
3.2.3.3	Titulares e destinatários	389
3.2.3.4	Intervenções no direito à integridade corporal, limites e restrições: a controvérsia em torno de um direito à disposição do próprio corpo.....	389
3.2.3.5	O caso da proibição da tortura, de todo e qualquer tratamento desumano e degradante e das penas cruéis	392
3.3	Demais direitos à identidade e integridade pessoal – O direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos especiais de personalidade	395
3.3.1	Os direitos fundamentais vinculados à proteção da personalidade e os contornos de seu regime jurídico-constitucional	395
3.3.1.1	Considerações gerais.....	395
3.3.1.2	Direito internacional dos direitos humanos e constituições estrangeiras.....	398
3.4	O direito ao livre desenvolvimento da personalidade: sua função como cláusula geral e sua relação com os direitos especiais de personalidade	399
3.5	Contornos do regime jurídico-constitucional dos direitos de personalidade	402
3.6	O direito à vida privada (privacidade e intimidade)	406
3.6.1	Considerações gerais	406
3.6.2	Conteúdo (âmbito de proteção) do direito à vida privada ...	407
3.6.3	Limites e restrições.....	410
3.7	A salvaguarda do sigilo fiscal e bancário.....	411
3.8	Inviolabilidade do domicílio	416
3.8.1	Notícia histórica e generalidades.....	416
3.8.2	Direito internacional dos direitos humanos e evolução constitucional brasileira anterior à Constituição Federal.....	417
3.8.3	Conteúdo e limites do direito à inviolabilidade do domicílio na Constituição Federal	419
3.9	A inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações em geral	426

3.10	Proteção dos dados pessoais.....	432
3.11	Os direitos à honra e à imagem	436
3.11.1	Considerações gerais	436
3.11.2	O direito à honra	437
3.11.3	O direito à (própria) imagem.....	441
3.12	Direitos de liberdade.....	444
3.12.1	Algumas notas sobre um direito geral de liberdade na Constituição Federal e o sistema constitucional das liberdades fundamentais.....	444
3.12.2	Liberdade de expressão	450
3.12.2.1	Notas introdutórias: breve mirada sobre a evolução constitucional brasileira pretérita e o direito internacional	450
3.12.2.2	A liberdade de expressão na Constituição Federal	453
3.12.3	Liberdade de consciência e de crença (liberdade religiosa)... ..	473
3.12.3.1	Notas introdutórias e breve mirada sobre a evolução no âmbito do direito internacional, direito constitucional estrangeiro e evolução constitucional brasileira.....	473
3.12.3.2	A liberdade religiosa e a liberdade de consciência na Constituição Federal de 1988	477
3.12.4	Liberdade de locomoção	485
3.12.4.1	Considerações gerais e reconhecimento no plano do direito internacional e direito constitucional estrangeiro	485
3.12.4.2	A liberdade de locomoção na evolução constitucional brasileira pretérita.....	487
3.12.5	A liberdade de locomoção na Constituição Federal	487
3.12.5.1	Considerações gerais.....	487
3.12.5.2	Âmbito de proteção da liberdade de locomoção: sua dimensão objetiva e subjetiva	488
3.12.5.3	Titulares e destinatários	490
3.12.5.4	Limites da liberdade de locomoção.....	490
3.12.6	As garantias constitucionais relativas à prisão: o caso da prisão civil	492
3.12.6.1	Generalidades.....	492
3.12.6.2	A prisão civil: possibilidade e limites na Constituição Federal	493
3.12.6.2.1	Generalidades e evolução constitucional pretérita.....	493

	3.12.6.2.2	Conteúdo e âmbito de proteção da proibição da prisão civil na Constituição Federal	494
	3.12.6.2.3	A prisão civil no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar	495
	3.12.6.2.4	A controvérsia em torno da prisão civil do depositário infiel	499
	3.12.6.2.5	Liberdade de profissão.....	501
	3.12.6.2.6	A liberdade de profissão na Constituição Federal	505
	3.12.6.2.7	Liberdade de associação	515
	3.12.6.2.8	Liberdade de reunião.....	527
3.13		Direito(s) de igualdade: direito geral de igualdade, cláusulas especiais de igualdade e políticas orientadas para a igualdade.....	538
	3.13.1	Considerações introdutórias.....	538
	3.13.2	Da igualdade formal à igualdade material	541
	3.13.3	Breves notas a respeito da relação entre dignidade, liberdade e igualdade.....	543
	3.13.4	Conteúdo e significado do princípio da igualdade e do(s) direito(s) de igualdade na Constituição Federal de 1988.....	544
	3.13.4.1	Generalidades.....	544
	3.13.4.2	Âmbito de proteção: conteúdo e alcance do princípio e do direito geral de igualdade.....	545
	3.13.4.3	Metódica de aplicação do princípio (direito) da igualdade e efeitos de sua violação na condição de direito subjetivo.....	549
	3.13.4.4	Igualdade, diferença e as assim chamadas “ações afirmativas”	554
3.14		Dos direitos fundamentais sociais	556
	3.14.1	Aspectos gerais relativos aos direitos sociais como direitos fundamentais.....	556
	3.14.1.1	Generalidades: os direitos sociais no quadro da evolução constitucional brasileira	556
	3.14.2	Breves notas sobre os direitos sociais no âmbito do direito constitucional estrangeiro	560
	3.14.3	Os direitos sociais como direitos fundamentais e seu regime jurídico na Constituição Federal.....	564
	3.14.3.1	Aspectos gerais.....	564
	3.14.3.2	Titulares e destinatários dos direitos sociais.....	569

	3.14.3.3	O problema da eficácia e efetividade das normas de direitos sociais, com destaque para a controvérsia acerca da exigibilidade dos direitos sociais como direitos a prestações	573
	3.14.3.4	O problema da proteção dos direitos sociais e o assim designado “princípio da proibição de retrocesso”	582
120	3.15	Dos direitos sociais em espécie.....	585
120	3.15.1	Considerações preliminares.....	585
120	3.15.2	O direito ao (e a garantia do) mínimo existencial como espécie de categoria transversal	585
120	3.15.3	O direito à proteção e promoção da saúde.....	591
120	3.15.4	O direito à alimentação	598
120	3.15.5	O direito à moradia	602
120	3.15.6	O direito à educação	607
120	3.15.7	O direito ao trabalho.....	616
120	3.15.8	O direito ao lazer.....	620
120	3.15.9	O direito à segurança social: previdência e assistência aos desamparados	621
120	3.15.10	Direito à proteção da maternidade, da infância, da juventude e do idoso	625
120	3.16	Nacionalidade	630
120	3.16.1	Considerações introdutórias.....	630
120	3.16.2	A nacionalidade no âmbito do direito internacional, com destaque para o sistema de reconhecimento e proteção dos direitos humanos	631
120	3.16.3	A nacionalidade no direito constitucional estrangeiro	633
120	3.16.4	A nacionalidade no âmbito da evolução constitucional brasileira	634
120	3.16.5	O regime da nacionalidade na Constituição Federal de 1988	635
120	3.16.5.1	Considerações gerais: a nacionalidade como direito e garantia fundamental	635
120	3.16.5.2	Espécies de nacionalidade	636
120	3.16.5.2.1	A nacionalidade primária: o brasileiro nato.....	637
120	3.16.5.2.2	A nacionalidade secundária: a naturalização como forma de aquisição da nacionalidade	641
120	3.16.5.3	Distinções entre os brasileiros natos e os naturalizados	644

3.16.5.4	Perda e reaquisição da nacionalidade brasileira....	645
3.16.5.5	O problema da assim chamada dupla nacionalidade.....	648
3.16.5.6	Um caso especial: a condição jurídico-constitucional dos cidadãos portugueses (a assim chamada quase-nacionalidade).....	650
3.16.5.7	O regime jurídico do estrangeiro na Constituição Federal	651
3.16.5.7.1	Aspectos gerais.....	651
3.16.5.7.2	A exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal: as hipóteses de deportação, expulsão e extradição	652
3.16.5.8	As hipóteses de asilo e refúgio	656
3.16.5.8.1	O asilo.....	657
3.16.5.8.2	O refúgio.....	658
3.17	Direitos Políticos	660
3.17.1	Considerações gerais: o significado jurídico da democracia e sua relação com os direitos políticos e os direitos fundamentais em geral.....	660
3.17.2	Os direitos políticos como direitos humanos e fundamentais	662
3.17.2.1	Considerações gerais.....	662
3.17.2.2	Os direitos políticos no plano supranacional (internacional e regional).....	663
3.17.3	Os direitos políticos no constitucionalismo brasileiro.....	664
3.17.3.1	Constituições anteriores	664
3.17.3.2	Os direitos políticos na Constituição Federal de 1988	665
3.17.3.2.1	Considerações gerais: o regime jurídico-constitucional dos direitos políticos na condição de direitos fundamentais.....	665
3.17.3.2.2	O sufrágio e o direito de voto.....	670
3.17.3.2.3	A titularidade dos direitos políticos....	675
3.17.3.2.4	O sufrágio passivo: condições de elegibilidade	677
3.17.3.2.5	Ainda o sufrágio passivo: as causas de inelegibilidade	680
3.17.3.2.6	Os casos de perda, suspensão e reaquisição dos direitos políticos	690
3.17.3.2.7	A reaquisição dos direitos políticos	699

3.17.3.2.8 A regra da anualidade em matéria eleitoral (art. 16 da CF)	699
---	-----

4. DIREITOS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS

Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero	703
4.1 Direito fundamental ao processo justo.....	703
4.1.1 Introdução	703
4.1.2 Âmbito de proteção	705
4.1.3 Titularidade e destinatários	708
4.1.4 Eficácia.....	710
4.1.5 Conformação infraconstitucional.....	710
4.2 Direito fundamental à colaboração no processo	711
4.2.1 Introdução	711
4.2.2 Âmbito de proteção	714
4.3 Direito fundamental à tutela adequada e efetiva	715
4.3.1 Introdução	715
4.3.2 Âmbito de proteção	716
4.4 Direito fundamental à igualdade e à paridade de armas	727
4.4.1 Introdução	727
4.4.2 Âmbito de proteção	728
4.5 Direito fundamental ao juiz natural e ao promotor natural.....	731
4.5.1 Introdução	731
4.5.2 Âmbito de proteção	731
4.6 Direito fundamental ao contraditório.....	734
4.6.1 Introdução	734
4.6.2 Âmbito de proteção	734
4.7 Direito fundamental à ampla defesa	739
4.7.1 Introdução	739
4.7.2 Âmbito de proteção	739
4.8 Direito fundamental à prova	743
4.8.1 Introdução	743
4.8.2 Âmbito de proteção	743
4.9 Direito fundamental à publicidade.....	750
4.9.1 Introdução	750
4.9.2 Âmbito de proteção	751
4.10 Direito fundamental à motivação das decisões	753
4.10.1 Introdução	753
4.10.2 Âmbito de proteção	753
4.11 Direito fundamental à segurança jurídica no processo	759
4.11.1 Introdução	759

4.11.2	Âmbito de proteção	759
4.12	Direito à assistência jurídica integral.....	762
4.12.1	Introdução	762
4.12.2	Âmbito de proteção	764
4.13	Direito fundamental à duração razoável do processo	765
4.13.1	Introdução	765
4.13.2	Âmbito de proteção	766
4.14	Direito fundamental ao duplo grau de jurisdição?	769
4.14.1	Introdução	769
4.14.2	Âmbito de proteção	769
5.	A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	
	Ingo Wolfgang Sarlet	771
5.1	O Estado Federal no âmbito da teoria e prática das formas de Estado: noções gerais e introdutórias	771
5.2	Elementos nucleares qualificadores do Estado Federal	773
5.3	O Estado Federal na Constituição de 1988	780
5.3.1	Breve notícia histórica – formas de Estado e a trajetória do Federalismo no direito constitucional brasileiro	780
5.3.2	Principais novidades: a inclusão do Município como ente federativo e o aperfeiçoamento do assim chamado “ <i>federalismo cooperativo</i> ”	782
5.3.3	A Federação como “cláusula pétrea” (art. 60, § 4.ª, I, CF), os assim chamados “princípios sensíveis” (art. 34, VII, CF) e o instituto das vedações constitucionais (art. 19, CF)	784
5.4	O instituto da Intervenção como garante da integridade da Federação	787
5.4.1	Noções gerais	787
5.4.2	A Intervenção nos Estados e no Distrito Federal	789
5.4.2.1	Pressupostos materiais e hipóteses de cabimento	789
5.4.2.2	Aspectos de ordem formal e procedimental	794
5.4.2.2.1	Iniciativa do processo interventivo	794
5.4.2.2.2	Competência e forma do ato interventivo	796
5.4.2.2.3	Amplitude, prazo, condições e consequências da intervenção	796
5.4.2.2.4	Do interventor e de sua responsabilidade	798
5.4.2.2.5	Controle político e jurisdicional da intervenção	799

5.4.3	A intervenção nos Municípios	800
6.	O SISTEMA DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CF	
	Ingo Wolfgang Sarlet	803
6.1	Noções gerais	803
6.2	Das competências administrativas (materiais) dos entes federativos ..	806
6.2.1	Aspectos gerais e competências exclusivas (indelegáveis).....	806
6.2.2	Competências administrativas comuns (concorrentes).....	808
6.3	Das competências legislativas	810
6.3.1	Competências legislativas privativas da União e sua delegação	811
6.3.2	Competências legislativas dos Estados	812
6.3.3	Competências legislativas dos Municípios	813
6.3.4	Competências legislativas do Distrito Federal	814
6.4	As competências legislativas concorrentes	815
6.4.1	Considerações gerais	815
6.4.2	Algumas notas sobre o (problemático e controverso) conceito de normas gerais	817
6.4.2.1	A competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal.....	818
6.4.2.2	A competência suplementar dos Municípios.....	819
6.4.2.3	Considerações de natureza crítica à luz do exemplo da proteção ambiental.....	821
7.	AÇÕES CONSTITUCIONAIS	
	Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero.....	829
7.1	<i>Habeas corpus</i>	829
7.1.1	Introdução	829
7.1.2	Âmbito de proteção	829
7.1.3	Titularidade	831
7.1.4	Conformação infraconstitucional.....	832
7.2	Mandado de segurança	834
7.2.1	Introdução	834
7.2.2	Âmbito de proteção	835
7.2.3	Titularidade.....	838
7.2.4	Conformação infraconstitucional.....	839
7.3	Mandado de injunção	840
7.3.1	Introdução	840
7.4	<i>Habeas data</i>	841
7.4.1	Introdução	841

7.4.2	Âmbito de proteção	841
7.4.3	Titularidade.....	842
7.4.4	Conformação infraconstitucional.....	842
7.5	Ação popular	843
7.5.1	Introdução	843
7.5.2	Âmbito de proteção	843
7.5.3	Titularidade.....	845
7.5.4	Conformação infraconstitucional.....	845
7.6	Ação civil pública.....	846
7.6.1	Introdução	846
7.6.2	Âmbito de proteção	847
7.6.3	Titularidade.....	848
7.6.4	Conformação infraconstitucional.....	849
8.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	
	Luiz Guilherme Marinoni	829
I –	O SURGIMENTO DO CONTROLE JUDICIAL DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO COMPARADO E A SUA EVOLUÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	853
8.1	O surgimento do controle judicial da constitucionalidade das leis nos Estados Unidos.....	853
8.1.1	Primeiras considerações	853
8.1.2	A superioridade do <i>common law</i> sobre os atos do parlamento inglês.....	854
8.1.3	A Revolução Gloriosa, de 1688, e o significado do princípio da <i>supremacy of the English Parliament</i>	856
8.1.4	Do controle dos atos da colônia a partir do direito inglês ao <i>judicial review</i> estadunidense. Mera inversão do princípio da supremacia do parlamento pelo princípio da supremacia do Judiciário?	858
8.1.5	Os significados de “supremacia do parlamento” nas revoluções inglesa e francesa	861
8.1.6	O <i>judicial review</i> diante do princípio da separação dos pode- res	863
8.1.7	A matriz jusnaturalista da Constituição e os poderes consti- tuinte e constituído.....	870
8.1.8	O caso <i>Marbury v. Madison</i> . A doutrina <i>Marshall</i>	871
8.1.9	Consideração histórico-crítica acerca do surgimento do siste- ma americano de controle difuso da constitucionalidade das leis.....	875
8.2	A evolução do controle judicial da constitucionalidade das leis na Eu- ropa.....	877

8.2.1	Primeiras considerações	877
8.2.2	O sistema austríaco de controle de constitucionalidade	879
8.2.3	A manutenção do controle concentrado e a expansão do modo incidental. Os Tribunais Constitucionais italiano e alemão.	881
8.2.4	Compreensão do sistema em que o juiz, por não poder decidir a questão constitucional, remete-a para análise da Corte Constitucional.....	883
8.3	História do controle judicial de constitucionalidade brasileiro.....	885
8.3.1	A Constituição Imperial.....	885
8.3.2	A Constituição de 1891	886
8.3.3	A Constituição de 1934	889
8.3.4	A Constituição de 1937	893
8.3.5	A Constituição de 1946	894
8.3.6	A Constituição de 1967/1969	897
8.3.7	A Constituição de 1988	902
II – FORMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE		904
8.4	Das formas de controle de constitucionalidade	904
8.4.1	Controle judicial e controle não judicial	904
8.4.1.1	Objeto do controle judicial	910
8.4.2	Controle preventivo e controle repressivo	913
8.4.3	Controle concreto e controle abstrato	915
8.4.4	Controle incidental e controle principal	918
8.4.5	Controle difuso e controle concentrado	919
8.5	As diversas faces da inconstitucionalidade.....	921
8.5.1	Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.....	921
8.5.2	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão	931
8.5.2.1	Primeiras considerações	931
8.5.2.2	Inconstitucionalidade por ação	933
8.5.2.3	Inconstitucionalidade por omissão.....	933
8.5.2.3.1	Instrumentos processuais para combater a omissão inconstitucional: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	933
8.5.2.3.2	Omissão total e omissão parcial	937

	8.5.2.3.3 Norma constitucional impositiva de dever de legislar e direito fundamental carente de tutela normativa	941
8.6	Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente.....	946
8.6.1	Inconstitucionalidade superveniente ou revogação? Consequências práticas	946
8.6.2	Alteração dos fatos e modificação da concepção geral acerca do direito.....	950
8.7	Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial	952
8.8	Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta	954
III	– CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE	956
8.9	A questão constitucional no processo comum	956
8.10	A decisão no controle incidental.....	957
8.11	A natureza prejudicial da questão de constitucionalidade	957
8.12	Legitimados a arguir a questão constitucional no controle incidental.	958
8.13	O controle de constitucionalidade de ofício	961
8.14	Da inexistência de preclusão	965
8.15	Declaração incidental de inconstitucionalidade nos Tribunais Estaduais e Regionais Federais e no STJ	965
8.15.1	A exigência de quorum qualificado nos Tribunais. Encaminhamento e decisão da questão constitucional	965
8.15.2	A Súmula Vinculante 10	966
8.15.3	Interpretação conforme e declaração parcial de nulidade sem redução de texto. Exclusividade do Pleno ou Órgão Especial	967
8.15.4	Não cabimento do incidente de inconstitucionalidade.....	969
8.15.5	Questão constitucional já decidida pelo STF	969
8.15.6	Questão constitucional já decidida pelo Plenário ou Órgão Especial	970
8.15.7	Declaração de inconstitucionalidade no STJ.....	971
8.15.8	Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais	974
	8.15.8.1 Procedimento prévio perante o órgão fracionário	974
	8.15.8.2 Procedimento perante o Pleno ou o Órgão Especial	975
8.16	Recurso extraordinário.....	977
8.16.1	Recurso extraordinário	977
8.16.2	Repercussão geral.....	981

8.16.3	A imprescindibilidade de os precedentes da Suprema Corte obrigarem os juízos inferiores no sistema em que todo e qualquer juiz tem poder para controlar a constitucionalidade ...	987
8.16.4	Os precedentes obrigatórios e a importância da fundamentação das decisões	995
8.16.5	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	998
8.16.6	A individualização dos motivos determinantes ou <i>ratio decidendi</i>	1002
8.16.7	A eficácia vinculante dos motivos determinantes no STF....	1003
8.16.8	Atributos da eficácia vinculante dos motivos determinantes	1008
8.16.9	Eficácia temporal da revogação de precedente formado no controle incidental.....	1011
	8.16.9.1 A questão nos Estados Unidos.....	1011
	8.16.9.2 Diferentes razões para tutelar a segurança jurídica: decisão de inconstitucionalidade e revogação de precedente constitucional	1016
	8.16.9.3 Efeitos inter partes e vinculantes da decisão de inconstitucionalidade (no controle incidental) e da decisão que revoga precedente constitucional.	1021
	8.16.9.4 Eficácia prospectiva de decisão revogadora de precedente constitucional e de decisão proferida em controle incidental.....	1022
	8.16.9.5 A função do Senado Federal	1026
8.17	Controle incidental na ação civil pública e na ação popular	1031
8.18	O problema do controle incidental da inconstitucionalidade por omissão.....	1034
	8.18.1 Primeiras considerações	1034
	8.18.2 O poder de controle difuso abarca o poder de controlar a omissão inconstitucional.....	1035
	8.18.3 Situações em que a falta de lei é frequentemente suprida na prática forense	1036
	8.18.4 A eficácia dos direitos fundamentais sobre os particulares e o controle incidental da omissão inconstitucional	1037
	8.18.5 Os limites do juiz no suprimento da falta de lei necessária à tutela de direito fundamental. O controle da inconstitucionalidade por omissão como controle da insuficiência de tutela	1041
	8.18.6 Controle de inconstitucionalidade por omissão à tutela de direito fundamental de natureza processual	1042
	8.18.7 Legitimidade do raciocínio decisório no suprimento de técnica processual	1047
	IV – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	1049

8.19	Primeiras considerações	1049
8.20	Legitimidade	1050
8.20.1	Extensão da legitimidade, legitimados universais e especiais e capacidade para postular	1050
8.20.2	Legitimidade, pertinência temática e interesse de agir.....	1054
8.20.3	Governador de Estado e Assembleia Legislativa	1055
8.20.4	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	1057
8.20.5	Partido político	1057
8.20.6	Confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional.....	1059
8.21	Objeto	1064
8.22	Parâmetro de controle.....	1074
8.23	Procedimento	1077
8.24	Procedimento sumário em sentido formal	1085
8.25	Causa de pedir aberta.....	1088
8.26	Medida liminar.....	1092
8.27	<i>Amicus curiae</i>	1096
8.28	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma impugnada	1097
8.29	Da decisão	1099
V –	AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE	1100
8.30	Primeiras considerações	1100
8.31	Legitimidade	1106
8.32	Objeto e parâmetro de controle	1107
8.33	Petição inicial	1108
8.34	Controvérsia judicial relevante	1109
8.35	Indeferimento da petição inicial	1111
8.36	Participação no processo	1111
8.37	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma questionada	1112
8.38	Medida liminar e seus efeitos.....	1113
8.39	Decisão	1115
VI –	EFEITOS DAS DECISÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE CONSTITUCIONALIDADE	1117
8.40	Eficácia <i>erga omnes</i>	1117
8.40.1	Eficácia <i>erga omnes</i> e coisa julgada material.....	1117
8.40.2	Decisão de constitucionalidade e possibilidade de posterior ou outra ação direta de inconstitucionalidade	1119
8.40.3	Decisão de constitucionalidade com efeitos <i>erga omnes</i> e impacto das novas circunstâncias sobre o controle difuso ...	1124

8.40.4	Efeitos temporais da revogação da decisão de constitucionalidade	1126
8.41	Eficácia vinculante	1127
8.41.1	Primeiras considerações	1127
8.41.2	Extensão objetiva	1132
8.41.3	Extensão subjetiva	1136
8.42	Reclamação	1138
8.43	Modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade	1144
8.44	Efeitos da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada	1158
8.44.1	Lei inconstitucional e decisão baseada em lei inconstitucional: efeitos da lei e efeitos da decisão judicial	1158
8.44.2	Incompatibilidade da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade com o sistema difuso	1166
8.44.3	Coisa julgada e segurança jurídica	1172
8.44.4	Retroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a coisa julgada	1173
8.44.5	Decisão de inconstitucionalidade e ação rescisória	1174
8.44.6	Decisão de inconstitucionalidade, impugnação e embargos do executado	1183
VII	TÉCNICAS DE DECISÃO	1189
8.45	Inconstitucionalidade, nulidade, decisão declaratória e produção de efeitos	1189
8.46	Declaração de inconstitucionalidade total e declaração de inconstitucionalidade parcial	1192
8.47	Inconstitucionalidade por arrastamento	1193
8.48	Pronúncia de inconstitucionalidade sem declaração de nulidade	1194
8.49	Omissão parcial, pronúncia de inconstitucionalidade e isolamento de determinados efeitos	1196
8.50	Norma em trânsito para a inconstitucionalidade	1197
8.51	Interpretação conforme à Constituição	1201
8.52	Declaração parcial de nulidade sem redução de texto	1202
VIII	MANDADO DE INJUNÇÃO	1203
8.53	Primeiras considerações	1203
8.54	História do mandado de injunção no STF	1205
8.55	Escopo do mandado de injunção	1214
8.56	Natureza mandamental?	1216
8.57	Legitimidade	1219
8.58	Medida liminar	1222
8.59	Pressupostos para a concessão do mandado de injunção	1224

8.59.1	Dever de legislar.....	1224
8.59.2	Mora do legislador	1226
8.59.3	Norma insuficiente e omissão parcial	1228
8.59.4	Norma não autoaplicável	1230
8.59.5	Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei	1231
8.60	Efeitos da decisão	1233
8.61	O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto.....	1234
IX – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO.....		1238
8.62	Primeiras considerações	1238
8.63	Escopo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1240
8.64	Objeto da omissão inconstitucional.....	1241
8.65	Legitimidade	1243
8.66	Procedimento	1246
8.67	Omissão parcial de inconstitucionalidade.....	1253
8.68	Medida liminar.....	1255
8.69	Da decisão na ação de inconstitucionalidade por omissão. Crítica	1258
8.70	Efeitos da decisão proferida na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Responsabilidade do Estado por omissão inconstitucional ..	1260
X – ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....		1268
8.71	Primeiras considerações	1268
8.72	Modalidades.....	1269
8.73	Requisitos da arguição de descumprimento de preceito fundamental	1270
8.73.1	Ausência de outro meio processual capaz de sanar a lesividade de modo eficaz.....	1270
8.73.2	Relevância do fundamento de controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição	1272
8.74	Legitimidade	1273
8.75	Parâmetro de controle	1275
8.76	Objeto.....	1277
8.76.1	Introdução	1277
8.76.2	Atos do Poder Público.....	1277
8.76.3	Direito pré-constitucional	1278
8.76.4	Declaração de inconstitucionalidade de direito municipal..	1280
8.76.5	Declaração de constitucionalidade dos direitos municipal e estadual	1282
8.76.6	Controle de ato legislativo em fase de formação	1282
8.76.7	Norma de caráter secundário.....	1285

8.76.8	Decisões judiciais e arguição de descumprimento de preceito fundamental	1287
8.76.9	A questão da omissão parcial	1290
8.77	Procedimento	1292
8.78	Medida liminar	1295
8.79	Decisão e efeitos	1297
XI	– REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA	1298
8.80	Introdução	1298
8.81	Legitimidade	1301
8.82	Objeto	1303
8.83	Compreensão dos princípios sensíveis como parâmetro para a decretação da intervenção	1305
8.84	Procedimento	1306
8.85	Medida liminar	1307
8.86	Decisão e efeitos	1309
XII	– CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DOS DIREITOS ESTADUAL E MUNICIPAL	1310
8.87	Primeiras considerações	1310
8.88	Norma estadual e duplicidade de controle de constitucionalidade	1311
8.89	Decisão de (in)constitucionalidade de norma constitucional estadual, em face da Constituição Federal, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça	1316
8.90	Norma constitucional de reprodução e interpretação incompatível com a Constituição Federal. Cabimento de recurso extraordinário	1317
8.91	Ação de inconstitucionalidade por omissão nos Estados-membros	1318
8.92	Ação direta de constitucionalidade nos Estados-membros	1318
8.93	Efeitos da decisão proferida em sede de ação direta de âmbito estadual	1319
XIII	– CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	1321
8.94	Introdução. Hierarquia normativa dos tratados internacionais dos direitos humanos	1321
8.95	Significado de supralegalidade dos tratados internacionais	1327
8.96	Modos de controle da convencionalidade no direito brasileiro	1328
8.97	Controle de supraconstitucionalidade	1329
8.98	O controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	1331
8.99	Objeto e parâmetro do controle de convencionalidade na Corte Interamericana	1337
8.100	Os efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos	1337

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1341
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES	1405
INGO WOLFGANG SARLET.....	1405
LUIZ GUILHERME MARINONI	1405
DANIEL MITIDIERO.....	1406